

PROJETO DE LEI N° , DE 2022

Acrescenta o art. 27-A à Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para instituir o Cadastro Nacional de Motoristas de Aplicativos Digitais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 27-A:

Art. 27-A O Poder Executivo federal manterá Cadastro Nacional de Motoristas de Aplicativos Digitais, que reunirá informações sobre os profissionais que exercem os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros, previsto no art. 4º, inciso X, ou de entrega de mercadorias por intermédio de aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede, contendo, no mínimo, os seguintes dados de cada profissional:

I – nome e documentos de identificação;

II – atividade profissional principal;

III – endereço residencial;

IV – plataformas de aplicativos utilizadas;

V – data de início da atividade profissional como motorista ou entregador por aplicativo;

VI – horas trabalhadas por semana em cada plataforma de aplicativo nos últimos 3 (três) anos.

Parágrafo único. A União celebrará instrumentos de cooperação com as empresas responsáveis pelos aplicativos de transporte e entrega para obtenção e atualização dos dados do cadastro, com a anuência de cada profissional, assegurando o sigilo e a inviolabilidade das informações e observando as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SF/22604.65706-60

JUSTIFICAÇÃO

A área de transportes é, sem dúvida, uma das mais importantes na economia brasileira. As atividades de transporte de passageiros e entrega de mercadorias por intermédio de aplicativos, mais especificamente, vêm ganhando destaque no setor, pelo seu dinamismo e capacidade de transformação social.

Um recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹ trouxe informações relevantes sobre os trabalhadores que estão inseridos na assim chamada *gig economy*, expressão que define um conjunto de relações entre profissionais e empresas contratados principalmente por meio de aplicativos, para realizar serviços esporádicos e sem vínculo empregatício, atuando como autônomos. De acordo com o estudo, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas trabalham com transporte de passageiros e entrega de mercadorias no Brasil. A maioria deles – 945 mil pessoas – são motoristas de aplicativo ou taxistas, enquanto 222 mil prestam serviço de mototáxi. Existem ainda 322 mil motociclistas que fazem entrega de mercadorias em motocicletas e outros 55 mil trabalhadores que usam outros meios de transporte, como bicicletas, para entregar produtos.

O Estado brasileiro precisa dar a devida atenção a esse contingente expressivo de trabalhadores que desempenham atividades fundamentais e, literalmente, movimentam a economia. O desenvolvimento de políticas públicas apropriadas para o setor passa, inevitavelmente, pela coleta, acompanhamento e tratamento de informações sobre os profissionais e as atividades por eles desempenhadas, com abrangência nacional.

Vale destacar, nesse sentido, para compreensão da importância da proposta, que o Senado Federal recentemente apreciou uma proposição sobre a implementação de benefícios para esses trabalhadores, que, todavia, não prosperou em razão da ausência de dados consolidados que dessem acesso de forma justa e segura àqueles que efetivamente necessitam de auxílio.

Esta proposição tem o objetivo de dar ao Poder Público condições para reunir os dados necessários para a criação do Cadastro Nacional de Motoristas de Aplicativos Digitais. Para tanto, o projeto propõe

¹ Painel da *Gig Economy* no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. In Carta de Conjuntura, Número 55 - Nota de Conjuntura 14 - 2º Trimestre de 2022. Ipea. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220510_cc_55_nota_14_gig_econom_v.pdf. Acesso em 25 de julho de 2022.



a alteração da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Por essas razões, e certos de estarmos contribuindo para o aperfeiçoamento da legislação relativa aos profissionais de transporte de passageiros e entrega de mercadorias por aplicativos, solicitamos aos Senhores Senadores o apoio necessário para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO BRAGA**


SF/22604.65706-60